



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Geração.

GRAVIDEZ E VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: CONSTRUINDO POSSIBILIDADES

Daniel Francisco de Souza Santos¹

Paula Martins Sirelli²

Nilda Martins Sirelli³

Hayda Alves⁴

Gabrielle Gomes Ferreira⁵

Jessica Aparecida de Almeida Viana⁶

Eduarda Caspary Alves Freitas Bairral⁷

Bruno Ferreira Teixeira⁸

Tarcísio Conceição Oliveira⁹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a gravidez na adolescência, buscando desmistificá-la, enquanto um “problema”, e situando-a, como um projeto de vida de muitas adolescentes. Realizou-se um apanhado teórico acerca dos estudos sobre adolescência, gênero e sexualidade, a fim de compreender como as configurações das relações sociais, alimentadas pelo sistema capitalista, produzem uma complexidade de produtos históricos que atravessam a vida dos adolescentes e orientam suas escolhas. Apontamos, então, a necessidade de intervenção e de pesquisas junto aos adolescentes, trabalhando sua participação como estratégia importante para propagar o protagonismo político. Ademais, apresentamos as ações do Projeto de Extensão (Des)Embarazo: Educação Popular em Saúde e Prevenção da Gravidez na Adolescência de Rio das Ostras, enfatizando suas oficinas enquanto formas de produzir conhecimento frente às demandas da adolescência.

Palavras-chave: Gravidez na Adolescência, Gênero, Sexualidade, Saúde Coletiva, Educação Popular.

PREGNANCY AND SEXUALITY LIVING IN ADOLESCENCE: BUILDING POSSIBILITIES

Abstract: Analyzing pregnancy in adolescence, seeking to demystify it as a "problem", and situating it as a life project for many adolescents is the objective of this work. A theoretical survey of the studies on adolescence, gender and sexuality was carried out in order to understand how the configurations of the social relations fed by the capitalist system produce a complexity of historical products that cross

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal Fluminense, E-mail: danielfrancisco@id.uff.br.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, E-mail: danielfrancisco@id.uff.br.

³ Professor com formação outra áreas, Universidade Federal Fluminense, E-mail: danielfrancisco@id.uff.br.

⁴ Professor com formação outra áreas, Universidade Federal Fluminense, E-mail: danielfrancisco@id.uff.br.

⁵ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, E-mail: danielfrancisco@id.uff.br.

⁶ Estudante de Graduação, Universidade Estácio de Sá, E-mail: danielfrancisco@id.uff.br.

⁷ Estudante de Graduação, Universidade Estácio de Sá, E-mail: danielfrancisco@id.uff.br.

⁸ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, E-mail: danielfrancisco@id.uff.br.

⁹ Estudante de Graduação, Universidade Federal Fluminense, E-mail: danielfrancisco@id.uff.br.

the life of the adolescents and guide their choices. We point out the need for intervention and research with the adolescents, working their participation as an important strategy to spread the political protagonism. In addition, we present the actions of the Project of Extension (Des) Embarazo: Popular Education in Health and Prevention of Pregnancy in Adolescents of Rio das Ostras, emphasizing their workshops as ways of producing knowledge regarding the demands of adolescence.

Keywords: Pregnancy in Adolescence, Gender, Sexuality, Collective Health, Popular Education.

1. INTRODUÇÃO

A definição de adolescência, sem dúvida, perpassa pelo novo modo de organização da vida e do trabalho gerado pela consolidação do sistema de produção capitalista. Isto, pois, com a inclusão de homens e mulheres no mercado de trabalho assalariado e a exigência de um tempo maior de formação para esse ingresso, esse período da vida começa a ser percebido como um tempo de preparação, escolar e técnica.

Logo, existe um ideal em torno da adolescência, que dita que, após esse período, aquele sujeito precisa estar pronto para contribuir diretamente com a produção e, neste ínterim, constituir uma família baseada em um amplo complexo de valores e funções sociais necessárias à ordem vigente, isto é, necessariamente heteronormativa, e com uma prole não muito numerosa.

Outrora, ouvimos com certa freqüência que “gravidez na adolescência acaba com todos os sonhos de um adolescente”. O que nos faz indagar: Sobre os sonhos de quem estamos falando? Ou ainda, por que essa fala costuma vir direcionada à pessoa que se tornou mãe, que é logo degradada, e não ao pai? E mais, se é considerado algo tão catastrófico, por que não é permitido a essa mulher, diante da gravidez, uma escolha quanto a ter ou não esse filho?

Observamos que, especialmente para a mulher, o sexo é transmitido como uma vivência de medo que deve ser evitada “para não engravidar”. Como se sexo e gravidez se ligassem diretamente, e a gestação seria um “castigo” por ter praticado um ato ilícito. A ponto de, quando uma das adolescentes, participante de uma oficina do projeto de extensão (Des)Embarazo, fala sobre masturbação feminina, vir à questão: “mas pra que o dedo, se o dedo não engravida?”, ou ainda, a pergunta vinda em diferentes turmas, “mas a mulher tem prazer?”.

A adolescência não vem associada no discurso social e familiar como um momento do despertar do desejo sexual e das descobertas do prazer a ele associado. O sexo vem referido ao erro, ao adocimento e a gravidez.

Vale destacar que nem toda experiência sexual implica em gravidez. Há o prazer experimentado de forma solitária, quando o adolescente se toca e começa a conhecer seu corpo, relações homoafetivas, e, além disso, toda relação que é feita com preservativo, não resulta em gravidez, ou em doenças sexualmente transmissíveis.

Falar com o adolescente sobre o prazer que ele sabe, por experiência, que o seu corpo é capaz de proporcionar, e trazer a gravidez como uma escolha, é muito mais potente do que o discurso punitivo, que, aliás, muitas vezes nos impede de escutar que um adolescente pode escolher engravidar, não se tratando, portanto, de um erro, de um descuido, de uma negatividade.

Desse modo, antes de tudo, é preciso perguntar: O que está em jogo em uma gravidez que se dá na adolescência?

2. MATERNIDADE, GÊNERO E CLASSE

Os estudos acerca da gravidez na adolescência apontam para a afirmação de que a gravidez para a adolescente pode não ser planejada, mas é, na maioria dos casos, desejada. Este desejo faz parte, muitas das vezes, de um projeto de vida. Assim sendo, uma questão norteou nossas análises: por que, para as meninas, a maternidade se coloca como um desejo tão forte e tão precoce?

Nossa hipótese é de que há uma dificuldade ou mesmo impossibilidade de construir outros projetos de vida, em virtude, principalmente, da condição sócio-econômica e a dificuldade de acesso a políticas públicas, ao que perguntamos: Que alternativas há para muitas adolescentes, ao se desenhar sonhos e planejar futuros?

Teixeira (2007) aponta que, do ponto de vista teórico, existem duas fortes correntes de investigação sobre a gravidez na adolescência: a gravidez como um problema e a gravidez em uma perspectiva relativista.

A gravidez como um problema é estigmatizada, como um agravante para a evasão escolar e a baixa qualificação profissional, o que reforça de forma normativa e moralizante os aspectos relacionados à gravidez. No entanto, para Teixeira (2007), utilizar a justificativa da gravidez para a evasão escolar seria precipitado, visto que quase a metade dos jovens, tanto meninas, quanto meninos, já estavam fora da escola antes da gravidez.

A segunda abordagem sobre a gravidez é a **relativista** (Abramovay et al., 2004, citado por Teixeira, 2007). Esta linha de pesquisa sobre o tema é mais cuidadosa e usa com cautela as informações, reconhecendo que os jovens têm histórias diversas e diferentes significados sobre a maternidade e a paternidade. E, nessa perspectiva, ligar à concepção “precoce” a falta de informação, seria um modo reducionista de lidar com a sexualidade e a gravidez na adolescência, “já que ficar grávida ou um ter filho pode configurar como resistência ou consequência de relações sociais específicas” (Teixeira, 2007, p.28).

A literatura, neste sentido, mostra que nem sempre a gravidez é um “acidente”, visto que ela, por vezes, é desejada pelos jovens, e não está irremediavelmente associada a uma “desgraça”: “A adolescente-mãe pode sentir-se mais valorizada, pode acreditar que é

possível, a partir da maternidade, construir uma vida melhor, fantasia uma mudança significativa em sua vida com esse evento” (TEIXEIRA, 2007, p.31).

Em pesquisa (Araújo, 2011) realizada com gestantes do CRA (Centro de Referência do Adolescente), as adolescentes demonstram ter união estável com seus companheiros e pais dos bebês; algumas trabalham, outras estudam e sobrevivem com uma renda familiar baixa. A experiência inferiu que, mais do que um desejo, a gravidez é concretização de um projeto de vida.

Mas por que a maternidade ocupa esse lugar de destaque na vida das adolescentes? Os projetos de vida são, inegavelmente, escassos, mas por que a escolha pela maternidade?

Ser mãe acaba por ser reproduzido por esses sujeitos como um desejo natural, que, aparentemente, vai impactar positivamente em suas vidas. O que nos leva a fazer algumas indagações: Que lugar a maternidade ocupa nas relações sociais contemporâneas? Que status/novo lugar essas meninas ocupam quando se tornam mães? Ser mãe é sinônimo de se tornar mulher?

Para entender o lugar que a maternidade ocupa na vida das mulheres, é preciso entender o conceito de patriarcado.

De acordo com Safiotti (1987), o patriarcado se configura enquanto a dominação político, ideológico, econômica do homem em relação à mulher. Sua existência data cerca de mais de seis milênios e ainda se mantém fortemente em meio às sociedades contemporâneas, enquanto mecanismo de controle e coerção. Segundo a autora, é possível visualizar determinadas relações, a partir dos espaços ocupados por cada gênero na sociedade.

De acordo com Engels (1884), os antagonismos entre homens e mulheres foram constituídos durante um longo processo histórico, ao qual a família nuclear, constituída pela figuras paterna e materna, é uma das instituições que se configura historicamente enquanto uma unidade econômica, em prol de uma ordem vigente, apoiando-se no modelo de dominação do homem. Desse modo, em meio à estrutura do sistema capitalista de produção, para além da dominação de classes, há a dominação entre os sujeitos, a qual o homem possui lugar de centralidade nessas relações. O autor afirma, portanto, que a mulher é a primeira propriedade privada do sistema capitalista, o que faz com que seja quase uma regra a sua subordinação, perpassando quaisquer espaços.

Em termos culturais, é necessário destacar o quanto o campo ideológico propicia a naturalização de tais papéis sociais, principalmente, no que se refere à vivência da mulher. Segundo Safiotti (1987), as funções sociais, assim como as atribuições relacionadas aos gêneros, são, em grande parte, construídas a partir de determinantes biológicos. Ou seja,

afirma que há eventos proporcionados pelo corpo que, historicamente, se constituem enquanto fenômenos sociais. Nesse caso, destaca a maternidade enquanto um valor cultivado ao feminino, que está para além de uma capacidade orgânica e se evidencia enquanto um fenômeno construído socialmente.

Ou seja, a maternidade é naturalizada e imposta à mulher desde o seu nascimento. É um valor construído ao longo da história, acerca do fato da pessoa que possui um útero ter a capacidade de conceber bebês. Portanto, para além de um evento natural, “dar à luz” diz de uma concepção socialmente alimentada em uma sociedade, em que esse gênero possui papel importante na reprodução do sistema de produção e na organização das relações sociais. “Ser mulher”, para a sociedade burguesa, significa precisamente cumprir claras funções sociais que, nesse caso, estão relacionadas ao lar.

Assim, romantiza-se o lugar em que a mulher ocupa na sociedade. O lugar do cuidado – cuidar dos irmãos, da casa, dos idosos, do marido e dos filhos. Assim como, as meninas são, desde cedo, expostas a essa lógica.

Resende (2017), ao realizar um levantamento histórico e bibliográfico das diferentes concepções de maternidade, nos alerta que as concepções que envolvem a maternidade (como amor incondicional, instinto materno, felicidade insubstituível) são resultado de necessidades econômicas que vão suscitar mudanças sociais, culturais, políticas, engendrando um novo comportamento da mulher, no que toca a maternidade.

De acordo com Mazzini, et. Al (2008), ao se debruçarem sobre a maternidade na adolescência e a construção de identidades femininas e maternas, para fins de determinado padrão de socialização, os sujeitos internalizam valores já pré-existentes, que lhes são impostos durante suas trajetórias, desde o seu nascimento ao decorrer de sua vidas.

Portanto, quando uma criança nasce, homem ou mulher, já há um campo delimitado com identidades e possibilidades que virão a demarcar sua vivência. Isto é, significados de o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”, assim como quais desejos, atividades, posturas e sonhos envolvem pertencer a cada um desses gêneros.

Desse modo, a maternidade é colocada como o ápice da felicidade da mulher. Tal fato, relacionado à dificuldade de acesso a outras perspectivas de construção do futuro, levam as adolescentes a ter na maternidade um caminho importante para marcar a transição da adolescência para a idade adulta, para se transformar em mulher e continuar suas próprias escolhas.

Ademais, a sexualidade humana é extremamente complexa, não se limita a fatores biológicos, nem ao menos a meras relações sexuais, está relacionada a um processo de experiências pessoais e de impregnação pela cultura sexual, que se intensificam na adolescência e na juventude, isto é, a sexualidade também se trata de, imprescindivelmente,

uma dimensão social. A construção dessa identidade é constituída a partir do que o jovem ou o adolescente se identifica, tendo em vista valores, papéis de gênero, representatividades, rituais de interação e de práticas presentes na noção de cultura sexual. (HEILBORN, 2006, p. 35) citado por (ARAÚJO, 2011)

O “tabu” de sexualidade ainda é presente no ambiente familiar, meio encharcado de discursos moralistas que envolvem valores conservadores acerca do sexo, dos gêneros, etc. Há uma forte tensão nas famílias, no que tange a discussão por parte dos pais sobre determinados assuntos com os filhos, pela via da liberdade sexual e da segurança. Essa dificuldade em dialogar faz com que os adolescentes procurem outras figuras para tratarem de suas dúvidas e questões, como por exemplo, grupos de amigos, meios de comunicação e a escola. (ARAÚJO, 2011).

Os adolescentes convivem cotidianamente com uma enxurrada de informações sobre sexo e sexualidade, em diversos espaços e instituições, e de diversas maneiras, através de conteúdos audiovisuais, em meio a conversas com outros adolescentes, ou através de outras pessoas com as mais diversas perspectivas. Porém, o que geralmente se enfatiza são pensamentos moralistas acerca do sexo e da sexualidade.

No colégio, por exemplo, o que se introduz sobre sexualidade ainda consiste em uma perspectiva biologicista, geralmente reduzida a órgãos reprodutores. Essas informações, entretanto, não respondem aos anseios, dúvidas e angústias da adolescência, e, muitas vezes, reduzem o sexo a dois elementos negativos: gravidez e doença.

Informações passadas por adultos, em grande parte, reduzem-se a essas preocupações – pertinentes, mas insuficientes para dar conta da complexidade que o tema envolve, ainda mais para um sujeito em formação, cheio de dúvidas e ansioso por entender os novos sentidos descobertos com o afloramento da sexualidade, que deem conta de subsidiar suas primeiras experiências.

Esta forma de abordar o sexo e a sexualidade, reproduzida por uma visão adultocêntrica e moralista, explica pouco e enche o adolescente de mais ansiedade, colocando o sexo como um assunto tabu, que deve ser evitado, uma vez que “é errado, constrange e causa vergonha”.

Logo, é necessário tratarmos sobre adolescência e sexualidade de uma maneira amplamente comprometida com a cidadania, considerando as diversas vivências dos sujeitos, isto é, da diversidade sexual e de gênero, questões étnico-raciais, etc., assim como, compreendendo outros aspectos da realidade social, abrangendo o ser singular enquanto componente de um todo. Ou seja, partir do sexo, das relações sexuais e de tudo o que envolve determinado tema, não pela via da contracepção, mas pelo seu objetivo de proporcionar prazer. Isto é, dialogar com os adolescentes sobre a dimensão da sexualidade,

envolvendo não apenas questões contraceptivas, porém, pensando nas transformações corporais que acontecem nessa fase da vida, que se relaciona com o descobrimento do que seu corpo pode lhe proporcionar e dos desdobramentos dessas mudanças biológicas e psicossociais em suas vidas.

É necessário que as instituições de ensino rompam com determinadas formas de dominação ideológica, para que possam mirar na emancipação. A sexualidade deve ser abordada através de uma reflexão crítica que compreenda a diversidade sexual e de gênero, desconsiderando práticas e discursos que preguem a proibição ou o moralismo, para que, assim, o adolescente projete sua vida de forma autônoma e com segurança. “O adolescente, enquanto ser social, precisa exercer suas práticas sexuais de maneira autônoma, pois uma educação sexual realizada com autonomia contribui para que o indivíduo tenha práticas sociais fundadas na liberdade de escolha e de expressão.” (ARAÚJO, 2011).

As construções socioculturais acerca dos gêneros criam padrões, percepções, representações e valores que se apresentam na vida dos indivíduos e que se entrelaçam com a sexualidade e contracepção. Ao se tratar da contracepção do casal, por exemplo, na maioria das vezes, a responsabilidade é feminina, pois “a masculinidade é ligada à força e à liberdade do exercício sexual, em aversão à feminilidade, que é relacionada à passividade, à inexperiência sexual e ao conformismo” (ARAÚJO, 2011).

Ao desvelar o que é gravidez para as adolescentes, observa-se que esta possui diversos significados, de acordo com as situações socioeconômicas: vão desde o medo, a angústia, ou a alegria. Porém, primordialmente, baseiam-se no desejo que essas jovens mães possuem de querer, para os seus filhos, algo que não puderam ter durante sua vivência, enquanto mulheres trabalhadoras inseridas em uma dinâmica econômico-social desfavorável às mesmas. Ademais, para as jovens de classes mais altas, essas compartilham de um ideário hegemônico que reпреende a gravidez e a associa as particularidades da pobreza, tais mulheres adolescentes encaram o fato de terem filhos enquanto um problema.

Existem muitos aspectos implicados no fenômeno da gravidez, e estes precisam ser levados em conta, quando a questão é a gravidez na adolescência. Ou seja, o contexto social desses jovens, a falta de oportunidade escolar, de trabalho, de planejamento familiar, a iniciação da vida sexual cada vez mais precoce, a falta de informação e acesso aos métodos contraceptivos, ou, ainda, o desejo de engravidar. A pesquisa de Teixeira (2007) destaca que algumas das jovens deslumbravam que a gravidez pudesse dar lugar a elas socialmente, desejavam ser valorizadas pelos familiares e pela sociedade, já entre os rapazes, apenas um planejou a gravidez junto com a namorada, os demais não planejaram,

mas, também, não faziam uso de preservativo: “Não se pode tratar a questão analisando um único aspecto, uma vez que esse evento está relacionado a vivências distintas, que interferem nas possibilidades concretas de escolha e formação de projeto de vida” (Teixeira, 2007, p.25).

3. AS AÇÕES DO PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO DES(EMBARAZO): EXTENSÃO POPULAR EM SAÚDE E PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Ao tratar de atenção à adolescência, faz-se necessário a construção de pesquisas e de intervenções que tenham, por objetivo, o trabalho com esse público por uma via livre de moralismos, por uma perspectiva crítica, compromissada com os deveres éticos e políticos que envolvem a vida em sociedade. Com fins de desenhar políticas públicas realmente eficazes, que compreenda o adolescente a partir de uma dimensão histórico-social ampla, considerando os diversos marcadores sociais que o atravessa, assim como, as particularidades do solo histórico brasileiro. Pensando, primordialmente, a participação dos mesmos em meio ao processo de construção de respostas às várias problemáticas que envolvem determinada população.

Diante dessa realidade e da necessidade de intervenção e produção de conhecimento acerca da adolescência, estudantes e profissionais do município de Rio das Ostras, uma cidade de médio porte do interior do estado do Rio de Janeiro, vem promovendo, desde o ano de 2017, uma série de ações convertidas em oficinas no Colégio Municipal Professora América Abdalla, escola pública da rede de ensino, por meio do desenvolvimento de práticas de educação popular em saúde, via extensão universitária, com enfoque nos alunos do ensino fundamental. Tais ações visam contribuir com o processo de desenvolvimento e apreensão de conhecimento sobre diversas questões relacionadas à adolescência, assim como busca apreender os diversos elementos coletivos e singulares constitutivos da adolescência no município.

A equipe conta com professores e estudantes dos cursos de Serviço Social, Enfermagem e Psicologia, e suas oficinas tratam de temas variados, tendo por objetivo a participação dos adolescentes na pesquisa-ação participativa, com vistas a fomentar transformações reais na vida dos estudantes e dos que os cercam, trabalhando pela ótica do cuidado à saúde e da democracia. Visam o engajamento de jovens e adolescentes nisso, por meio da construção coletiva.

Vale destacar que, os impasses que atravessam a trajetória de vida dos adolescentes na sociedade burguesa, se tratam de uma série de valores que envolvem a dominação capitalista e a manutenção da sociedade de classes; essa, por sua vez, pressupõe a desigualdade entre os sujeitos nos diversos aspectos para seu pleno

funcionamento. Portanto, uma vez que se busca discutir sobre os diversos assuntos que atravessam as vivências dos adolescentes, a partir de reflexões éticas, novos valores são proporcionados a eles. Oportunizam-se uma maior possibilidade de escolha, de posicionamento, frente à realidade.

É por essa perspectiva, então, que o grupo de educação popular em saúde do projeto busca trabalhar nos encontros com os estudantes, construindo juntamente com os adolescentes, formas de potencializar a sua autonomia, assim como o cuidado com relação ao próprio corpo e o mundo a sua volta.

Busca-se, então, construir um espaço democrático, ao qual se garante a oportunidade dos estudantes escolherem o que discutir e como o discutir, dando ênfase à construção de práticas que reduzam danos à saúde. Logo, são realizadas oficinas sobre vários temas relacionados à adolescência, tais como, sexualidade, gênero, problematização do machismo e preconceitos, violências, transformações corporais, cuidado e responsabilidade sobre o próprio corpo, e o que mais surgir durante as intervenções.

A metodologia escolhida pelo grupo foi a de educação por pares, esta que se configura enquanto um método de ensino-aprendizagem, baseado na troca de conhecimentos entre sujeitos que se reconhecem, isto é, por pessoas com realidades próximas que, ao dialogarem entre si, permutam saberes sobre diversos temas transversais, conforme suas vivências e interesses. Nesse caso, tanto os adolescentes, quanto os graduandos, participam dessa dinâmica.

A lógica das oficinas se dá por meio do método de aprendizagem problematizadora. Método, esse, que se evidencia nos estudos de Bordenave e Pereira (1982) e é aprofundado por NeusiBerbel (1998), quando trata dos métodos de ensino na área da saúde. Seguindo determinados parâmetros críticos e interventivos, o processo de aprendizagem se fundamenta na ação/reflexão/ação, tendo, como ponto de partida, a exposição de um problema real aos alunos e abrindo espaço que os mesmos dialoguem com o grupo, o questionem, suscitem outros temas e troquem saberes e resultados entre si.

Podemos observar, durante as oficinas, que os alunos desenvolvem laços potentes com os graduandos, reconhecendo-se nesses por questões de proximidade, construindo, assim, vínculos que são imprescindíveis para o trabalho com o público e também para própria abordagem participativa. Ao considerar a falta de diálogo dos estudantes com os familiares e profissionais, constata-se que a confidencialidade e a cooperação devem ser elementos extremamente presentes, pois servem de ponto de partida para a efetivação dos objetivos dos encontros e para o fortalecimento dos vínculos.

Ao falarem de suas experiências, dúvidas e medos, os adolescentes se tornam protagonistas no processo de construção de sua história, responsabilizando-se por suas escolhas, seu corpo e sua vida.

Diante dos vastos resultados positivos que obtemos durante as oficinas com os adolescentes, entendemos que seria importantíssimo estender esta discussão aos pais e professores dos estudantes, como os próprios adolescentes vêm indicando no decorrer do projeto, porém, esse prolongamento da ação ainda é um desafio que se coloca no horizonte.

Ademais, um dos principais desafios encontrados, em meio às atividades, é dificuldade que os meninos possuem em escutar, considerar e discutir sobre as questões do gênero feminino. Geralmente, eles possuem mais dificuldades em se permitir repensar algumas das informações que apreenderam durante suas vidas. Isso se dá, pelo próprio fato dos valores machistas não permitirem aberturas, quaisquer das aproximações com as questões que não pertencem ao seu gênero determinado é sinônimo de “fraqueza”.

Outro elemento a ser destacado, é o fato dos adolescentes possuírem uma ideia muito arraigada de sexo, enquanto puramente ação, que possui finalidades reprodutoras, geralmente, sendo relacionado a algo “pecaminoso”, ideia advinda de valores de cunho moralista. O que se impõe de maneira bem mais intensa para as meninas. A disparidade entre meninos e meninas, ao se tratar da liberdade sexual – o que envolve não só a liberdade para transar com mais parceiros e parceiras, mas também uma maior liberdade para falar sobre e vivenciá-la, é avassaladora.

Ademais, enfatizamos que as unidades de saúde são imprescindíveis para a viabilização de direitos sociais para usuários dos serviços públicos. Ao nos debruçarmos sobre a adolescência, através da articulação com as unidades de saúde, do trabalho direto com adolescentes e por meio da busca e produção de conhecimento, constatamos que as estratégias no atendimento a esse segmento populacional devem ser amplas, precisas e alcançáveis. Percebemos que, ao tratar-se da adolescência, o trabalho para e com esse público deve estar em consonância com o real sentido do que é ser adolescente, isto é, as práticas profissionais, assim como, as atividades realizadas com vistas a amenizar os danos à saúde sexual e reprodutiva, não devem expressar moralismos ou tentativas de controle social.

O Centro de Referência ao Adolescente – CRA em Macaé, e o Núcleo de Atenção a Saúde do Adolescente – NASA, em Rio das Ostras, são unidades que ofertam serviços interdisciplinares à adolescência e juventude. São parceiras do projeto de extensão (Des)Embarazo, o qual prescinde do apoio das mesmas em meio ao processo de busca pelo fortalecimento da qualidade do trabalho com adolescentes e jovens. Ou seja,

compreendemos que esse trabalho deve ser construído em conjunto e processualmente, isto é, através da articulação com a rede de serviços.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de proliferação dos discursos moralistas, um dos grandes impasses enfrentados pelas equipes que abordam o assunto: adolescência, gravidez e seus atravessamentos, são as perspectivas conservadoras que orientam algumas práticas profissionais, acerca do que significa determinadas questões ao profissional, geralmente, concebidas de maneira individual, sem muitos esforços teórico-metodológicos sobre o objeto de intervenção. O que pode vir a direcionar o produto de seu trabalho para um caminho contraproducente, que pune ou culpabiliza os adolescentes, individualizando suas questões e inviabilizando seu poder de fazer escolhas.

Logo, é preciso que pensemos os discursos profissionais acerca da maternidade na adolescência, bem como, as perspectivas que mediam as intervenções dos profissionais que trabalham diretamente com o objeto. Uma pesquisa realizada com profissionais de saúde revela que dentre as palavras mais citadas, quando questionados sobre o assunto, são: “irresponsabilidade”, “imaturidade”, “falta de orientação”, “pular etapas”, “evasão escolar”... Ou seja, a pesquisa destaca uma visão permeada por noções moralizantes do que é a gravidez na adolescência, através da ideia que paira no senso comum, muitas vezes, centrada na noção de que se tratam, em sua grande maioria, de gravidezes indesejadas, ou que se configuram cerceamento de autonomia dos adolescentes, tendo como alvo principal da crítica: a menina adolescente.

Portanto, os profissionais, quando não inteirados dos debates acerca do objeto de trabalho, isto é, sobre como se constitui em sua totalidade, reproduzem uma noção advinda do sendo comum sobre o que é a maternidade na adolescência. Geralmente, algo negativo. “A maternidade nesse período de vida parece objetivar-se na imagem de gestação precoce e evento problemático; dessa maneira, evidencia-se a dimensão de atitude constitutiva da representação, no sentido de uma avaliação desfavorável da gravidez nessa etapa da vida” (Sena Filha et. Al, pg 84, 2014). O profissional, então, conecta-se de forma imediatista com o evento, sem que estabeleça as mediações sócio-históricas necessárias para compreensão real do que significa ser adolescente, suas questões sexuais e reprodutivas, assim como, de posicionar-se diante das problemáticas que envolvem as diversas desigualdades, formas de dominação e exploração.

Portanto, para que possamos apreender a gravidez na adolescência com melhor precisão, abrangendo toda a sua complexidade e amplitude, para que, assim, qualifiquemos nossas intervenções, é necessário que exista uma abertura para reflexões acerca do tema.

Ou seja, a promoção de espaços de dimensão teórico-metodológica, que possibilite ao profissional contato com perspectivas críticas acerca da maternidade na adolescência, que não possuam como via de regra a normatização ou controle dos indivíduos sociais, mas, sim, que construam caminhos por meio da consolidação dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes.

Enfatiza-se, nesse sentido, a imprescindibilidade da dimensão socioeducativa. Devemos garantir que possamos refletir junto aos adolescentes sobre seus direitos sexuais e reprodutivos, assim como, devemos abranger outros temas que atravessam o que é ser adolescente. O que quer dizer, é que os serviços devem assegurar tanto o acesso a informações, quanto a métodos contraceptivos, serviços de contracepção e planejamento familiar, assim como, estimular o reconhecimento destes enquanto sujeitos de direito.

Essas ações possuem o objetivo de convocá-los a refletir sobre a sua inserção no mundo, sobre as suas relações e a própria sociedade em que estão circunscritos, sempre os estimulando ao exercício do senso crítico, a cooperação, a sociabilidade, o respeito, a vivência da cidadania e a construção de valores éticos e coletivos. Isto é, as intervenções têm foco no fortalecimento da democracia, dos direitos, do protagonismo e na participação política. Isto, pois, a melhor forma de prevenir e promover saúde se dá por meio da cidadania, do estímulo à autorreflexão, de oportunizar aos adolescentes o ato de fazer escolhas livres.

Ademais, uma vez que, para se produzir saúde, é necessário produzir formas democráticas de se viver, se faz necessária a defesa da diversidade sexual e de gênero, enquanto uma premissa na educação brasileira. A abordagem do tema nas escolas, na totalidade de seu significado, se apresenta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) que partem da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), que constrói uma metodologia contínua para tratarmos dessa dimensão da vida pela via da cidadania. Ou seja, é preciso ter como horizonte a equidade dos gêneros, a participação dos alunos, o respeito mútuo e o preparo para as transformações biopsicossociais advindas com a puberdade e a fase da adolescência. Aumentando, desse modo, as possibilidades destes em construir projetos de vida que expressem determinados princípios, ampliando sua autonomia.

No entanto, tais pressupostos são inviabilizados em meio às tendências antidemocráticas que vivenciamos em meio à ascensão do ultra-conservadorismo no país. O que exige de nós, profissionais e estudantes, esforços ético-políticos em termos de organização ao enfrentarmos determinados retrocessos nos diversos campos das políticas públicas. Para que consigamos enfrentar os problemas sociais acerca da temática aqui abordada, se fazem imprescindíveis a articulação e atenção da educação com outras áreas,

como a saúde, por exemplo. Nesse meio tempo, é preciso que as escolas se posicionem frente à realidade social brasileira. E, claramente, ao falarmos sobre educação, tratamos de um conceito que tem como objetivo a emancipação dos indivíduos sociais, que tem compromisso objetivo com a humanidade.

5. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Natália Maria Fonseca. Os Significados da Gravidez para as Adolescentes atendidas no Centro de Referência do Adolescente em Macaé, RJ. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para o Curso de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2011.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas; **A Problemática e a Aprendizagem baseada em Problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos?**; Interface, Comunic, Saúde, Educ., Fevereiro, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08.pdf>

BRASIL, **LEI Nº 9.394**, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em: 01 out. 2018

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990. < Acesso em http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf>

BRASIL, Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF. 1997.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo, Ed Cortez, 2014

ENGELS, Frederic. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**; Alemanha, 1884.

IAMAMOTO, Marilda. **A questão social no capitalismo**. Temporalis. Revista da Associação Brasileira Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n.3, jan./jul.2001. p. 17.

MAZZINI MLH, Alves ZMMB, Silva MRS, Sagim, MB; **Mães Adolescentes: A construção de sua identidade materna**; Cienc. Cuid. Saude; 2008 Out/Dez; 7(4):493-502.

RESENDE, D. K. **Maternidade: uma construção histórica e social**. Pretextos. Revista de graduação em psicologia da PUC Minas. V.2 n. 4. Julho/ dezembro 2017

SAFFIOTI, Heleith. **O poder do macho**. Editora Moderna, São Paulo, 1987.

Sena Filha, V. L. M. & Castanha, A. R. (2014). **Profissionais de unidades de saúde e a gravidez na adolescência.** *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe.), 79-88.

TEIXEIRA, E. C. **A gravidez na adolescência das classes subalternas:** um projeto de vida? 2014. 157. Trabalho de Conclusão de Curso (Tese) Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.